

aspectos da obra de nelson werneck sodré (1911-1999)

Flávio A. M. de Saes

Professor do Departamento de Economia da FEA-USP

Esta Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica registrou, com pesar, o falecimento, em janeiro de 1999, do historiador Nelson Werneck Sodré. Na abertura do II Congresso Brasileiro de História Econômica e da 3.^a Conferência Internacional de História de Empresas, realizados em setembro de 1996 em Niterói, ele havia recebido o título de sócio honorário de nossa entidade. Perdemos, assim, não apenas um amigo mas também um pensador que se dedicou, por mais de seis décadas, à reflexão sobre diversos aspectos da história brasileira.

Nascido em 1911, no Rio de Janeiro, ingressou no Exército, cumprindo uma carreira que o levou ao generalato. Na Escola de Comando e Estado Maior do Exército foi responsável pela disciplina História Militar e, nos anos cinquenta, no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), ministrou cursos que resultaram na publicação de um de seus mais conhecidos livros, *Formação Histórica do Brasil*. Seus interesses eram bastante amplos, como se comprova pelos títulos de algumas de suas obras: *História da Literatura Brasileira* (1938), *História Militar do Brasil* (1965), *História da Imprensa no Brasil* (1966), *Síntese da História da Cultura Brasileira* (1970).

Marxista e filiado ao PCB, enfrentou grandes restrições enquanto militar (tendo passado à reserva no início dos anos sessenta) e como intelectual (já que algumas de suas obras foram proibidas durante o regime militar e ele próprio chegou a ser processado por esse motivo). Como marxista, também se dedicou à reflexão teórica, expressa por exemplo em obras como *Fundamentos do Materialismo Histórico* (1968), *Fundamentos do Materialismo Dialético* (1968), *Fundamentos da Estética Marxista* (1968), *Fundamentos da Economia Marxista* (1968). Colaborou

com freqüência na *Revista Civilização Brasileira*. Tendo por título *Tudo é Política* (1998), sua coletânea de artigos publicados na imprensa entre 1942 e 1997, foi registrada como o 56.º livro de Werneck Sodré, reafirmando a impossibilidade de se apreciar o conjunto de sua obra nesta breve nota.

Sua interpretação do desenvolvimento histórico do Brasil, identificada com a posição oficial do PCB, exerceu grande influência sobre os estudos de história econômica e social, tendo sido objeto de acirradas polêmicas, em que as divergências propriamente interpretativas mesclavam-se com suas implicações políticas. No centro dessas polêmicas estavam certas concepções que ficaram associadas ao pensamento de Werneck Sodré. De um lado, a aceitação do paradigma evolucionista, de acordo com o qual todas as sociedades passariam necessariamente por uma seqüência de sistemas de produção (começando pela comunidade primitiva, seguida do escravismo, do feudalismo e do capitalismo, caminhando na direção do socialismo). Do outro, a aplicação deste paradigma à história brasileira e suas implicações políticas.

A comunidade primitiva, identificada com a forma de organização dos indígenas antes de 1500, teria sido sucedida pelo escravismo, que se estabelece como forma dominante com a colonização. Ao declínio do escravismo e à sua supressão legal em 1888 teria sucedido o predomínio de relações servis no campo (organizadas em torno do latifúndio), expressão do feudalismo na evolução da sociedade brasileira. Paralelamente, a urbanização e a industrialização indicariam a emergência do capitalismo e de uma burguesia nacional na passagem do Século XIX para o XX, época que também marca a fase imperialista no capitalismo mundial. Desse modo, poder-se-ia dizer que no Brasil do Século XX, os latifundiários — a classe senhorial ou feudal — formariam uma aliança com o capital estrangeiro — o imperialismo — tendo em vista seus interesses comuns, ligados à exportação e à importação e cujo objetivo seria bloquear o desenvolvimento do capitalismo nacional. A burguesia industrial nacional estaria em clara oposição a essa aliança pois, de um lado, seu produto competia com as importações (em conflito com os interesses do capital estrangeiro) e, de outro, desejava romper o domínio feudal a fim de integrar os trabalhadores servis ao mercado interno enquanto assalariados ou sob alguma forma independente. Nesse sentido, o pleno estabelecimento do capitalismo no Brasil, passo prévio à transição para o socialismo na ótica evolucionista, exigia o combate ao latifúndio e ao imperialismo. Portanto, aqueles que almejavam a revolução socialista deviam apoiar previamente uma “revo-

lução burguesa”, o que justificava uma política de alianças entre os partidos representativos das camadas populares (trabalhadores urbanos em geral) e a burguesia nacional.

Esta seria, ainda que de forma excessivamente esquemática, a implicação política da interpretação do desenvolvimento brasileiro dentro do paradigma evolucionista. Essa interpretação ficou fortemente associada a Werneck Sodré, embora não permita observar as nuances de seu pensamento e a reconstrução histórica que realiza.

É curioso notar que essa concepção não está presente em uma das primeiras obras de Werneck Sodré — *Formação da Sociedade Brasileira* (1944). Ao tratar da sociedade colonial, Sodré coloca o foco na escravidão:

“No Brasil colonial só houve uma coisa organizada, e essa foi a escravidão.(...) A posição do escravo, entretanto, dentro da composição colonial é tão central, é tão importante, e o sistema de que ele é, coletivamente, o fulcro, é uma coisa tão poderosamente articulada, que se torna o eixo da existência social brasileira em todo o período colonial. Em torno desse eixo é que se desenvolvem atividades subsidiárias, forças secundárias, componentes novas, gravitando na sua esfera de ação, entretanto, e inseparáveis da atração profunda que ele exerce” (Sodré, 1944:219-220).

Nessa obra não há a presença de “servos” (há apenas “massas flutuantes” mas cuja referência final é sempre o escravismo), nem a definição de um feudalismo brasileiro. É curioso mesmo que Sodré, ao tratar da Independência e do Império, introduza o conceito de burguesia rural:

“A independência, pois, foi feita pela burguesia rural, interessada no comércio livre, dela não tendo participado os elementos populares, os trabalhadores, os escravos, e tendo sido combatida e perturbada pelos elementos associados ao comércio urbano, pelas suas relações com o reino luso” (Sodré, 1944:270).

Durante o Segundo Império, além do fortalecimento dessa burguesia rural, processam-se mudanças como o declínio do escravismo, a imigração e o surgimento da indústria, conduzindo a um resultado peculiar:

“Existia, pois, no fim do império, já a compatibilidade entre um bloco agrário enriquecido e firme na sua marcha e um bloco industrial, que lhe era paralelo, fornecedor de utilidades e sempre impulsionado pela necessidade decorrente do crescimento demográfico” (Sodré, 1944:324-325).

Apesar disso, Sodré é reticente quanto à clara definição de aliança de classes nas décadas iniciais do Século XX:

“A realidade manda que se afirme a inexistência, em nosso país, ainda em 1929, de uma delimitação de classes nítida. Essa delimitação é muito imprecisa e perigoso se torna vincular, de uma maneira rígida, o processo histórico ao choque de classes, numa sociedade inorganizada, em que elas jogam permanentemente, interpenetram-se, fundem-se, indeterminam-se” (Sodré, 1944:337).

Estas observações sobre *Formação da Sociedade Brasileira* são suficientes para delinear o contraste com aquela interpretação que ficou associada ao pensamento de Werneck Sodré, e que foi exposta em livros escritos ou concebidos ao longo dos anos cinquenta, como *Introdução à Revolução Brasileira* (1958), *Formação Histórica do Brasil* (1962) e *História da Burguesia Brasileira* (1964). Por exemplo, a adesão ao paradigma evolucionista é definida logo no primeiro capítulo de *Formação Histórica do Brasil*:

“Consideradas tais relações [sociais de produção], a sociedade, ao longo do tempo, conheceu diversos regimes de produção: a comunidade primitiva, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo. O estudo do processo histórico da sociedade brasileira, objeto deste livro, mostra não só a vigência aqui, da descoberta aos nossos dias, de cada uma daquelas formas, de cada um daqueles regimes de produção, salvo o último, sucessivamente, como a sua coexistência ao longo do tempo e ainda hoje, — é a contemporaneidade do não coetâneo, um dos traços específicos do caso brasileiro, mas não privativo desse caso” (Sodré, 1967:4).

A sucessão de regimes de produção, no Brasil, não seria uma mera reprodução do processo verificado, por exemplo, na Europa: a comunidade primitiva brasileira — a dos indígenas — não gerou, por transformações internas, o escravismo, do mesmo modo que o feudalismo

não teria nascido de processo semelhante ao verificado na Europa pois apareceu desde o início da colonização em alguns casos ou decorreu da estagnação da produção escravista em outros. Mais importante, a servidão permaneceria até a atualidade, “entravando o processo ascensional do capitalismo”.

Se o escravismo é fácil de identificar no Brasil Colonial — afinal a presença do escravo a define — as relações servis (ou o próprio feudalismo) são encontradas por Sodré, de início, na pecuária face às diferenças que apresentava em relação à agricultura colonial (em especial, uma resistência “natural” à implantação do escravismo no pastoreio). Com o passar do tempo e o declínio da agricultura (em particular nas regiões açucareiras), teria havido a “invasão” das relações feudais em áreas escravistas, aparecendo o feudalismo como sucessor do escravismo em grande parte do País.

Como surge, nessa concepção, o elemento novo, ou seja, o capitalismo? A emergência de relações capitalistas, um processo “longo e tortuoso”, não é, para Sodré, um simples resultado do declínio do escravismo, embora a ele esteja vinculado:

“A deterioração progressiva do escravismo é acompanhada por dois outros processos: o da ampliação das relações feudais e o da introdução das relações capitalistas. O escravo não passa a assalariado — atravessa o espaço feudal, consumindo nisso, quase sempre, pelo menos uma geração. Os assalariados agrícolas, na época, são muito mais oriundos da imigração. O processo, longo e tortuoso, permite às relações capitalistas que invadem a área cafeeira paulista, uma identidade com as dos fins do medievalismo: estão longe de assumir formas puras e de definir-se e generalizar-se como tais. Há nelas, por muito tempo, o peso feudal, o entrave antigo, as formas intermediárias múltiplas” (Sodré, 1964:182-183).

Desse modo, é preciso buscar as origens da burguesia em outros fenômenos, embora contemporâneos ao declínio do escravismo. Werneck Sodré o faz, ainda referindo-se ao longo e tortuoso processo histórico (em que a Independência é um marco inicial), mas que tem na emergência dos interesses industriais seu momento crítico. O manifesto da Associação Industrial redigido por Antonio Felício dos Santos seria um marco desse processo:

“O manifesto de 1882 representa, assim, um pronunciamento

importante, em que a burguesia industrial nascente, gerada pela acumulação proveniente da economia de exportação, coloca no palco as suas reivindicações. Do longo e tortuoso processo histórico, emergem forças novas, aparece a acumulação, alargam-se as relações capitalistas no campo, obscurecidas pelo conjunto escravista e feudal, define-se o mercado interno, desdobra-se a divisão do trabalho, prossegue a expropriação que liquida as relações feudais em determinadas áreas, opera-se a transferência de capitais da área agrícola para a industrial. É um fenômeno de complexidade muito grande em que as conexões são múltiplas e em que as formas intermediárias predominam. Nos fatos políticos ligados a esse processo, entre eles a mudança do regime, é claro já o papel da burguesia que ascende e encontra na pequena burguesia a melhor parcela de seus intérpretes, a sua tropa de choque. É natural: essa camada social intermediária, menos compromissada do que a própria burguesia, ainda débil, com o latifúndio, tinha condições para exteriorizar-se e sofria muito mais os efeitos do mecanismo de concentração da renda e as consequências das crises cíclicas do capitalismo agora em etapa imperialista. A República resulta do fracionamento na classe dominante dos senhores de terras, no instante histórico em que a sua fração em desenvolvimento se liberta do velho aparelho de Estado, inteiramente desgastado. Essa fração tem seus aliados, entretanto, na burguesia, gerada de seu próprio ventre e agora ansiosa por um desenvolvimento autônomo, e na pequena burguesia desejosa de reformas. Não será aqui, evidentemente, um regime clássico — o regime específico da dominação burguesa — mas uma forma embrionária dele, anunciando a existência burguesa, sem dúvida, mas ainda submetida à classe senhorial de que se originara em grande parte — outra parte se origina no grupo mercantil — transigindo com as relações feudais, transigindo com o imperialismo: o manifesto de 1882 apresenta a industrialização como meio de atrair capitais estrangeiros” (Sodré, 1964: 202-203).

Este longo trecho tem a virtude de identificar, já à época da República, os grupos sociais que estarão presentes na discussão da chamada Revolução Brasileira, tema que justifica a longa revisão histórica de Werneck Sodré e que tem na questão nacional seu elemento chave pois

“a cada dia que passa se verifica que a revolução nacional nos países

dependentes é um processo inteiramente diverso da que ocorreu em outros tempos ou daquela que ocorre hoje em países de economia plenamente desenvolvida. A contradição com o imperialismo surge claramente como constante, permanente, continuada, e não circunstancial, passageira, suscetível de acomodação. E surge claramente a necessidade de juntar o coro do campo, com a liquidação do latifúndio e das relações semifeudais de produção, ao coro das classes que participam da luta pelo livre desenvolvimento do país. Latifúndio e imperialismo aparecem como peças conjugadas, trabalhando no mesmo sentido” (Sodré, 1967:396).

Ao reafirmar a contradição fundamental entre a Nação e o imperialismo ou, mais propriamente, entre o povo brasileiro e o imperialismo, Sodré admite que alterações essenciais só poderiam ocorrer com a unidade das forças interessadas no desenvolvimento autônomo do país, ou seja, a unidade do povo brasileiro:

“Povo brasileiro, nesta fase histórica, compreende o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a parte da alta e média burguesia conhecida como burguesia nacional. O imperialismo tem os seus aliados nos latifundiários e em parte da alta e média burguesia e recruta seus agentes nessas classes e na pequena burguesia, que lhe fornece quadros intelectuais e militares principalmente” (Sodré, 1967,401).

Chegava-se, assim, à implicação política da análise de Sodré: a revolução brasileira deveria colocar, lado a lado, as classes populares e a burguesia nacional no combate ao imperialismo e ao latifúndio. Evidentemente, esse resultado fora fruto de longo e elaborado estudo histórico, embora pudesse ter também forte influência doutrinária.

Ao retomar o mesmo tema no livro *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil* (1990, 2.^a edição em 1997), Werneck Sodré manteve-se fiel às linhas gerais de sua interpretação, defendendo-a de forma explícita e incisiva contra as críticas a ela dirigidas:

“No livro *Formação Histórica do Brasil*, levantamos a tese da “regressão feudal”, isto é, a passagem de relações de produção escravistas a feudais, normalmente um avanço, coincide com o declínio econômico e todas as suas conseqüências. Claro está que isto discrepava frontalmente do modelo paradigmático. E só malevolência e

ignorância poderiam acusar as teses levantadas naquele livro de esquemáticas. Esquematismo haveria em supor uma sucessividade ascensional de regimes, como o modelo conceitual, só válido enquanto tal, admite. Aquelas teses poderiam ser tidas como falsas, mas não como esquemáticas, justamente porque se caracterizavam por discrepar do referido modelo. Há os que, entretanto, preferem colocar uma tabuleta onde se deve apenas discutir e argumentar. Mas a tabuleta, que vive da mera repetição, simplifica e classifica, dispensando qualquer esforço teórico” (Sodré, 1997:10).

No entanto, ao tratar da burguesia nacional, Werneck Sodré torna-se mais reticente quanto ao seu potencial revolucionário, embora reafirme as contradições entre essa burguesia e o latifúndio e o imperialismo:

“A partir deste [o movimento de 1930], a revolução burguesa está definida e continuará avançando. O seu problema essencial consiste na coexistência com o latifúndio feudal, suporte da classe dos senhores de terras, de um lado, e com o imperialismo, de outro lado. Tem com ambos contradições evidentes mas, na sua debilidade, convive com eles, associa-se a eles, submete-se a eles, na medida em que se vê ameaçada pelo seu inseparável acólito, o proletariado. Aceita, pois, a resistência do Brasil arcaico e hesita romper com ele. É uma classe que realiza a sua revolução deixando incompletas as suas tarefas específicas” (Sodré, 1997:87)

Qualquer que seja nosso julgamento das teses de Werneck Sodré, é importante lembrar que sua interpretação do processo histórico brasileiro não só exerceu forte influência como também foi uma das referências obrigatórias para as Ciências Sociais no Brasil durante longos anos: basta recordar as polêmicas a respeito do feudalismo no Brasil e sobre o caráter da burguesia nacional que geraram inúmeras pesquisas de cientistas sociais brasileiros. Ou seja, a interpretação de Werneck Sodré é uma referência obrigatória para a compreensão dos temas e dos problemas que ocuparam boa parte da produção intelectual brasileira, em Ciências Sociais, dos anos cinquenta aos setenta.

Se essa foi a contribuição de Werneck Sodré que mais de perto influenciou os trabalhos dos pesquisadores de nossa História Econômica, vale reiterar que sua obra abrange uma ampla temática. Merece referência especial o livro *O que se deve ler para conhecer o Brasil* (cuja

primeira edição, de 1943, foi substancialmente ampliada em 1960). Trata-se de um dos primeiros estudos sobre a historiografia brasileira, obtendo grande repercussão à época de sua publicação. *O que se deve ler para conhecer o Brasil* atesta a erudição de Sodré: trata-se de um guia de leitura com mais de 1600 referências (na edição de 1960), as quais abrangem história, economia, sociedade, instituições, geografia, militares, antropologia, linguística, educação, território, folclore, artes, ciência, literatura, imprensa e costumes. Apesar das quatro décadas que nos separam de sua segunda edição, a obra mantém sua importância por registrar textos fundamentais para o conhecimento de vários aspectos de nossa história.

A história econômica foi ainda objeto de outras obras de Werneck Sodré, como *Oeste (Ensaio sobre a grande propriedade pastoril)*, publicado em 1941 e *As Razões da Independência*, de 1965. Como já registramos, a história política, a cultura, a literatura, e a economia política foram outros temas abordados por Werneck Sodré, intelectual de um tipo cada vez mais raro nestes dias em que se estimula a extrema especialização, mesmo nos domínios das Ciências Sociais.

Referências Bibliográficas

- Sodré, Nelson Werneck. *Formação da Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.
- . *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: MEC/CBPE/INEP, 1960.
- . *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- . *Formação Histórica do Brasil*. 4.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- . *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- . *Tudo é Política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.